



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

**MARIA CLARA DE LIMA ANDRADE**

**REFORMA TRABALHISTA EM PAUTA  
UM PODCAST SOBRE OS EFEITOS DAS FLEXIBILIZAÇÕES VIABILIZADAS  
PELA REFORMA TRABALHISTA**

**SALVADOR  
2022**

**MARIA CLARA DE LIMA ANDRADE**

**REFORMA TRABALHISTA EM PAUTA**

UM PODCAST SOBRE OS EFEITOS DAS FLEXIBILIZAÇÕES VIABILIZADAS  
PELA REFORMA TRABALHISTA

Memória descritiva do podcast Reforma Trabalhista em Pauta, apresentado como requisito final para a conclusão do curso de graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucineide Andrade Fontes

SALVADOR

2022

## **Agradecimentos**

É impossível pensar em qualquer agradecimento que não seja encabeçado por minha família, que sempre me apoiou no caminho que escolhi. A minha mãe, que não mediu esforços para nos dar a melhor educação possível. A meu pai, que me emprestou a maleabilidade com as palavras, cada um ao seu modo de ser. Aos meus irmãos, Arthur e Laína, que são meus maiores alicerces. Agradeço também ao meu namorado, Danilo, que ouviu minhas aflições ao longo da execução desse projeto e foi essencial na montagem do podcast.

Além deles, aproveito o espaço para ressaltar o carinho que guardo até hoje por meus colegas da Agência Experimental em Comunicação e Cultura (AECC), onde tive meu primeiro contato com o jornalismo a vero, ainda no segundo semestre de faculdade. Levarei as experiências que construímos juntos por toda minha trajetória profissional. Agradeço também aos lugares por onde passei. Em quatro anos, pude passar por uma agência de marketing digital, a Hotmobile, pelo jornal A Tarde e pela Rádio Metropole - talvez a razão principal desse projeto ter saído dessa forma. Aqui, aproveito para ressaltar a minha gratidão pelo Melhor de 3, programa criado, produzido e apresentado por mim, Adele Robichez e Geovana Oliveira.

Quero também agradecer a dois colegas em específico, pela ajuda com o processo do TCC. Primeiro, meu ex-colega de trabalho, Gabriel Amorim, que mesmo depois de graduado atuou como um relóginho, me alertando com relação aos prazos e dando conselhos sobre este projeto. Segundo, agradeço a Gabriel Caino, que, por estarmos vivendo momentos tão parecidos, serviu como uma base de apoio para mim neste período. Aos amigos que fiz durante a graduação, é claro, sem vocês a Facom não teria graça.

Encerro agradecendo à minha orientadora Malu Fontes, que me guiou para a realização de um projeto mais racional e do qual me orgulho de ter escrito.

## Resumo

Este memorial descreve o projeto Reforma Trabalhista em Pauta, um podcast dividido em três episódios sobre os impactos da reforma trabalhista no Brasil, cinco anos após sua implementação. O primeiro episódio tem a proposta de descrever o que foi proposto pela reforma, analisando trechos do parecer do então Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que dispunha sobre as modificações que a nova legislação traria. O segundo busca trazer as principais consequências da reforma trabalhista, com o auxílio da percepção de estudiosos da área trabalhista e de envolvidos no setor, como os sindicatos. O podcast não buscou ouvir trabalhadores ou empresários sobre o caso, por considerar que poderia haver um caráter direcionado do pensamento dessas categorias. Ainda assim, os entrevistados foram unânimes em apontar falhas no que a reforma trabalhista se propunha realizar. Por fim, o terceiro episódio buscou analisar as propostas dos então presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) com relação a mudanças na legislação trabalhista. Afinal, com as eleições deste ano, o tema voltou à tona em discursos e nos planos de governo dos dois candidatos à Presidência que disputaram o apoio popular em segundo turno, na eleição mais apertada desde a redemocratização. O podcast está disponível no [Spotify](#) e no [Soundcloud](#).

**Palavras-chave:** reforma trabalhista, legislação trabalhista, eleições 2022, flexibilizações

## Abstract

This memorial describes the Reforma Trabalhista em Pauta project, a podcast divided in three episodes about the impacts of labor reform in Brazil, five years after its implementation. The first episode intends to describe what was proposed by the reform, analyzing excerpts related to the so then bill nº 6.787, of 2016, which provided the changes that the new legislation entailed. The second seeks to bring out the main consequences of the labor reform, with the help of the perception of scholars in the labor area and those involved in the sector, such as trade unions. The podcast did not seek to hear workers or entrepreneurs about the case, as it considered that there could be a biased way of thinking from those categories. Even

so, the interviewees were unanimous on pointing out flaws in what the labor reform was intended to accomplish. Finally, the third episode sought to analyze the proposals of the presidential candidates Luiz Inácio Lula da Silva (PT) and Jair Bolsonaro (PL) regarding changes in labor legislation. After all, with this year's elections, the topic has resurfaced in speeches and in the government plans of the two presidential candidates who competed for popular support in the second round, in the tightest election since redemocratization.

**Key words:** brazilian labor reform, labor legislation, brazilian elections 2022

## **Sumário**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>7</b>
1.1 Justificativa.....	7
<b>2. Fundamentação teórica.....</b>	<b>8</b>
2.1 Formato.....	8
2.2 Tema.....	9
2.2.1 Primeiro episódio - Entendendo a reforma trabalhista.....	9
2.2.2 Segundo episódio - Os efeitos da reforma trabalhista vistos até aqui...10	
2.2.3 Terceiro episódio - O que os candidatos à Presidência propuseram sobre a reforma trabalhista.....	13
<b>3. Produção.....</b>	<b>15</b>
<b>4. Roteiros.....</b>	<b>15</b>
4.1 Episódio um.....	15
4.2 Episódio dois.....	18
4.3 Episódio três.....	24
<b>5. Referências.....</b>	<b>28</b>

## 1. Introdução

### 1.1 Justificativa

Aprovada em 2017, a reforma trabalhista voltou à tona nos planos de governos dos principais presidenciáveis nas eleições de 2022. Apesar disso, as alterações provocadas pela nova legislação ainda não foram dominadas pelo público geral ou até mesmo entre os profissionais da comunicação. Afinal, cinco anos depois de aprovada, quais foram os efeitos da reforma trabalhista no mercado de trabalho e por que o tema voltou a ser pauta?

É preciso, primeiro, entender a reforma para então passarmos para os seus resultados. Antes de sua implementação, os defensores do projeto argumentavam que o índice de desemprego no Brasil cairia com a aprovação da reforma trabalhista, assim como a informalidade. Hoje, após dois anos de pandemia, os postos de trabalho estão voltando a ser preenchidos. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada no trimestre móvel encerrado em julho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país chegou a 9,1% de desempregados, menor número para o índice desde dezembro de 2015. No entanto, o número de pessoas empregadas sem carteira assinada bateu recorde, chegando a 13,1 milhões de pessoas. A taxa de informalidade foi de 39,8% da população ocupada e chegou a 39,3 milhões de brasileiros. Em que medida esse descompasso é influenciado pela reforma trabalhista?

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais pontos alterados pela reforma trabalhista, seus efeitos segundo especialistas e quais mudanças foram propostas pelos dois principais candidatos à Presidência. Durante a apuração, as fontes ouvidas trouxeram questões similares sobre a reforma e todas, por coincidência ou não, se mostraram contrárias às alterações feitas na legislação.

O podcast foi dividido em três episódios com durações que variam de menos de 10 minutos a pouco menos de 20 minutos, a depender da densidade do que está sendo abordado em cada. A intenção é que no primeiro episódio o ouvinte seja apresentado à reforma, por isso é o mais curto dos três; no segundo, que seria como um capítulo de desenvolvimento, a duração do programa é mais extensa, já que ele precisa ser ancorado por mais dados e entrevistas; por fim, o terceiro e último episódio não tem exatamente a missão de apresentar uma conclusão, mas

do que deve ocorrer no futuro com relação à legislação trabalhista, tendo em vista o que foi apresentado pelos candidatos à Presidência da República que disputaram o segundo turno no dia 30 de outubro deste ano. Outro ponto relevante de ressaltar é que a gravação deste podcast ocorreu antes do resultado das eleições, por isso a análise conta com as propostas do então candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), mesmo ele tendo sido derrotado nas urnas.

## **2. Fundamentação teórica**

### **2.1 Formato**

O formato de podcast não foi minha primeira escolha. Durante a graduação, sempre me vi caminhando para a escrita. No meio do caminho, porém, comecei a estagiar em uma rádio e precisei encontrar um espaço para a locução. Gostei. Junto com duas colegas, criamos o “Melhor de 3”, um programa de rádio com toque de podcast. Nossa inspiração vinha de podcasts jornalísticos, mas por ser transmitido ao vivo pela rádio já diferia em si da definição de um podcast.

Luiz e Assis (2010) explicam que é uma característica fundamental dos podcasts estarem disponíveis publicamente online e facilmente acessíveis, prontos para que o usuário faça download e os escutem em qualquer lugar. Além disso, originalmente, quando podcasts começaram a ser difundidos, em 2004, definia-se que uma das principais diferenças com o rádio seria a não transmissão ao vivo do conteúdo e a ausência de uma grade de programação.

Apesar disso, com a grande adesão ao formato podcast, o que se vê é uma interseção entre as mídias. Rádios, como a que estagiei, precisaram se adaptar ao meio digital e o conteúdo transmitido ao vivo para os ouvintes também está disponível online através do Youtube e do Twitch. Esse processo, de interseção entre mídias, já foi visto antes e se relaciona ao conceito da convergência midiática apresentado por Jenkins (2009), que considera a convergência como uma “transformação natural, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídias dispersos”. Dessa forma, o fazer jornalístico tem acompanhado as mudanças tecnológicas. As ferramentas tradicionais, como a televisão e o rádio, não deixarão de existir, mas os conteúdos produzidos para essas plataformas serão difundidos também através de



outros meios, a exemplo do já citado Youtube e serviços de streaming. Vemos então que, apesar de programas de rádio não serem considerados podcast, há uma grande convergência entre os dois.

É importante salientar que o podcast vem de uma cultura similar à rádio. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a pedido da Rede Globo, em 2020, a maioria dos ouvintes afirmam escutar podcasts enquanto fazem outras atividades, sejam elas domésticas (44%), navegar na internet (38%) ou até mesmo trabalhar e estudar (24%). Por isso, a necessidade dos podcasts serem facilmente baixáveis ou de estarem alocados em plataformas que funcionem bem em segundo plano - o que não ocorre com o Youtube, em smartphones. Tendo isso em vista, escolhi inserir o podcast nas plataformas Soundcloud e Spotify. A segunda é a plataforma de streaming musical mais usada no mundo, com 422 milhões de usuários ativos, segundo foi divulgado pela companhia em abril deste ano. A primeira, porém, é uma plataforma totalmente gratuita, que permite ao usuário fazer download dos podcasts, sendo assim mais democrática que o Spotify.

## **2.2 Tema**

Para entender melhor o tema, busquei artigos posteriores à aprovação da reforma trabalhista para embasar a reportagem. A seguir, trago dados e citações que nortearam cada episódio do podcast.

### **2.2.1 Primeiro episódio**

#### **Entendendo a reforma trabalhista**

Em 11 de julho de 2017, o Senado aprovou a reforma trabalhista. Durante a votação do texto, o clima na casa legislativa foi de tensão. De um lado, políticos de esquerda como a senadora Lídice da Mata (PSB) e Lindbergh Farias (PT) discursaram exaltados contra as alterações na legislação do trabalho. “Nós estamos nos preparando para votar uma reforma que modifica a vida do povo trabalhador da nossa terra, com as galerias vazias e o povo impedido de entrar no Senado federal”, afirmou Lídice. Do outro, políticos de direita, como o senador Benedito de Lira (PP),

gritavam pela aprovação da reforma. “Flexibilidade é melhor do que o desemprego. O novo artigo que permite a negociação não retira nenhum direito”, defendeu Lira.

A Lei nº 13.467, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista, passou a vigorar em novembro daquele mesmo ano, após a votação que terminou com 50 senadores favoráveis ao texto, 26 contra e uma abstenção. A proposta alterou mais de 100 artigos da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). O principal objetivo das alterações foi flexibilizar o meio de contratação, como é possível notar no parecer da reforma, assinado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB), relator do projeto.

[...] a proposição em tela tem como um de seus eixos centrais a prevalência do negociado sobre o legislado, com uma série de salvaguardas para contemplar a desigualdade de poder negocial entre empregador e empregados. Talvez a principal proteção se faz ao privilegiar justamente a negociação coletiva. Trata-se de uma reforma pautada pelo imperativo da **flexibilização com proteção**. (PARECER DA REFORMA, 2017, p. 5)

A expressão “flexibilização com proteção” aparece duas vezes no parecer, ambas em negrito. Há ainda a variação do termo, “flexibilidade com proteção”, que aparece uma vez no texto, também destacado em negrito. Neste primeiro episódio do podcast, a intenção é expor quais foram as principais flexibilizações feitas e introduzir o que virá no segundo episódio - os efeitos dessas flexibilizações. Vale ressaltar que tais considerações foram feitas, em sua maioria, pelos entrevistados.

Utilizo como recurso áudios com as falas dos senadores Lídice da Mata, Lindbergh Farias e Benedito de Lira, que abriram a descrição desta seção. Além disso, inseri trechos de entrevista feita com a professora da Universidade de Brasília (UNB), Renata Dutra, e pesquisadora da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir). Vale ressaltar que todos os entrevistados que aparecem no decorrer do podcast foram perguntados sobre os mesmos tópicos, com pequenos ajustes a depender de área da atuação de cada um, mas suas respostas foram similares. Por isso, a escolha por inserir apenas um entrevistado neste episódio tem como objetivo apenas evitar repetições e não priorizar apenas uma visão.

## **2.2.2 Segundo episódio**

### **Os efeitos da reforma trabalhista vistos até aqui**

Este episódio visa entender os efeitos da reforma trabalhista cinco anos depois de aprovada. Os especialistas ouvidos afirmaram que a reforma não alcançou suas duas principais promessas: a redução do desemprego e diminuição da informalidade. Com relação a este segundo tópico, o que foi visto foi o oposto.

Utilizando como base a PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE, é possível notar que a taxa de informalidade no Brasil sempre esteve em patamares elevados. No terceiro trimestre de 2017, momento em que a reforma trabalhista foi aprovada, a informalidade alcançava 36,67 milhões de brasileiros (Figura 1). O número, inclusive, chegou a ser citado no parecer da reforma, como justificativa para a necessidade de se revisar a legislação trabalhista.

Porém, nos trimestres posteriores à implementação da reforma, ou seja, a partir do primeiro de 2018, a taxa de informalidade mantém-se constante, com pequenas oscilações para cima ou para baixo - atingindo, no quarto trimestre de 2019, último sem qualquer efeito da pandemia de covid-19, a marca de 38,76 milhões de empregados informais (valor mais de 2 milhões acima ao registrado no parecer da reforma trabalhista).

Depois disso, é possível ver no gráfico uma queda brusca na informalidade, causada, no entanto, pelo aumento do desemprego impulsionado pela pandemia. A partir dos trimestres seguintes, o Brasil registra diminuições consecutivas dos índices de desemprego - e, conseqüentemente, um aumento do trabalho informal. O dado mais relevante a ser analisado aqui é como a recuperação dos postos de trabalho tem ocorrido com perda na qualidade do emprego. No segundo trimestre de 2022, o país registrou aproximadamente 39,3 milhões de trabalhadores informais (Figura 2).

Figura 1:

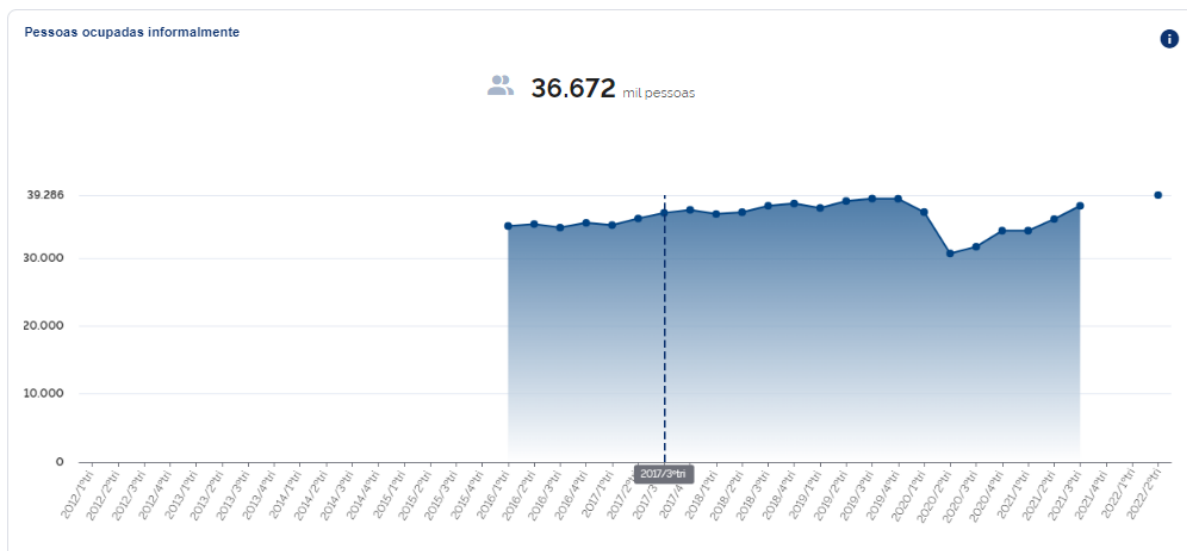
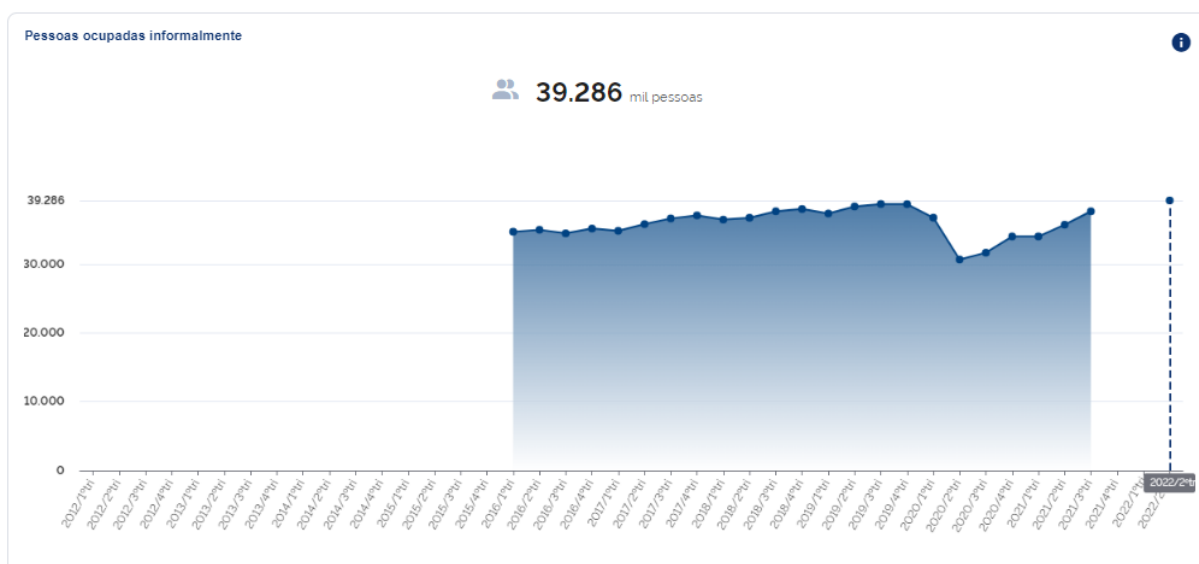


Figura 2:



fonte: <sup>1</sup>Painel PNAD Contínua

Ou seja, é possível afirmar com esses dados que a reforma trabalhista não fez com que o nível de informalidade caísse, pelo contrário.

“Depois de outubro de 2017, até maio de 2019, segundo a PNAD, surgiram 1 milhão 744 mil novas ocupações. Contudo, dessas, apenas 406 mil com carteira assinada, segundo o CAGED. Comparando os 12 meses após a reforma, para evitar efeitos sazonais, com os anos anteriores, a criação de empregos formais é inferior a todos os anos após 1998, com exceção do período da última crise, que foi de 2015 a 2017” (FILGUEIRAS, 2019, p. 36)

<sup>1</sup> Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em 06/11/2022

Além disso, os entrevistados relacionaram o aumento da informalidade ao baixo rendimento mensal dos trabalhadores brasileiros. Vimos que, durante os levantamentos realizados pela PNAD deste ano, o rendimento médio da população não vinha acompanhando a queda do desemprego no país. Enquanto a taxa de desocupação caiu por cinco trimestres seguidos, desde o finalizado em abril de 2021, o rendimento médio real do brasileiro caiu por quatro trimestres seguidos, só vindo a subir no levantamento mais recente analisado, finalizado em julho de 2022. Em resposta ao Reforma Trabalhista em Pauta, o IBGE explicou que “após a pandemia, as pessoas que perderam seus empregos estão retornando a trabalhar, muitas vezes, em ocupações com rendimentos menores, muitas vezes informais”. Além disso, há, é claro, o efeito da inflação que faz com que o rendimento real do trabalhador caia.

Outro ponto trazido neste episódio é o aumento das fraudes trabalhistas, que foi citado pela procuradora do Ministério Público do Trabalho da Bahia (MPT-BA), Rosângela Lacerda, por Renata Dutra, professora de Direito do Trabalho na UNB, e pelo presidente do Sindicato de Jornalistas da Bahia (Sindjorba), Moacyr Neves. Segundo os entrevistados, a reforma afrouxou os meios de fiscalização, além de ter diminuído a participação sindical, com o corte do recolhimento obrigatório de imposto para a categoria.

Neste episódio, também foram ouvidos o coordenador de pesquisas sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Luiz Fernando Lobo e a economista e supervisora técnica regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Ana Georgina Dias. Os dois trouxeram dados locais e nacionais com relação ao mercado de trabalho baiano que podem estar relacionados à reforma, como a já citada queda no rendimento mensal dos trabalhadores.

### **2.2.3 Terceiro episódio**

#### **O que os candidatos à Presidência propuseram sobre a reforma trabalhista**

Na segunda eleição presidencial após a aprovação da reforma trabalhista, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), que foram ao

segundo turno, retomaram a reforma trabalhista em seus planos de governo. No texto, o petista afirma que irá desmontar a reforma e, inclusive, propõe a criação de uma nova legislação trabalhista. Em seu plano de governo, Lula cita diretamente essa revogação:

O novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, trabalhadores e trabalhadoras domésticas, teletrabalho e trabalhadores em home office, mediados por aplicativos e plataformas, revogando os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho. (PLANO DE GOVERNO DE LULA, 2022, p. 4)

No outro espectro, Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, vai por um caminho completamente oposto. Em entrevistas e aparições públicas, Bolsonaro apoia a reforma trabalhista. “O governo Temer fez uma pequena reforma trabalhista. Não retirou direito de nenhum trabalhador”, afirmou o presidente em entrevista a uma rádio do Espírito Santo, em janeiro deste ano<sup>2</sup>. Em seu plano de governo, Bolsonaro chama a reforma de “nova legislação trabalhista aprovada”.

Dessa forma, em um próximo governo, o emprego continuará a ser abordado de maneira independente dos interesses e preconceitos ideológicos. A nova legislação trabalhista aprovada será mantida com segurança jurídica, ajudando a combater abusos empresariais e de sindicatos que também não podem ter a capacidade de agir como monopólios. (PLANO DE GOVERNO DE BOLSONARO, 2022, p. 16)

Este terceiro episódio busca expor essas propostas citadas, além de trazer a opinião de especialistas sobre o que deveria ser alterado na legislação trabalhista brasileira. Vale ressaltar que, em suas promessas, tanto Lula quanto Bolsonaro não dão muitos detalhes das mudanças que seriam feitas. Ambos os candidatos apresentaram planos de governo com propostas genéricas e o mesmo foi visto com relação à legislação trabalhista. O que está evidenciado é o direcionamento diametralmente oposto entre as propostas dos dois.

Como recurso, a professora de Direito do Trabalho Renata Dutra foi ouvida novamente, assim como foi inserido trecho de uma entrevista com o procurador-geral do Trabalho, chefe do Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira. Os dois entrevistados defendem a revisão da reforma. Mais uma

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-defende-reforma-trabalhista-de-temer-e-diz-que-governo-acabou-com-aco-es-do-mst.html> Acesso em: 28/10/2022

vez, é necessário expor que, assim como no primeiro episódio, a decisão de manter apenas duas inserções com opiniões buscou a não repetição de falas. Neste episódio, optei por priorizar dar destaque às exposições de falas dos candidatos ou de trechos de seus planos de governo.

### **3. Produção**

Aprendi nesses últimos quatro anos que toda boa reportagem começa por uma boa apuração. Por isso, defini que a prioridade era ter como fontes pessoas que já haviam se debruçado sobre o tema anteriormente e que representassem instituições de relevância no âmbito estadual e nacional, como o Caged, o Dieese e o próprio IBGE. Assim, o processo de roteirização do podcast foi o mais demorado. Após uma entrevista, novas dúvidas surgiam, assim como a necessidade de falar com outras fontes que não estavam no radar. A densidade do tema também prolongou esse processo. Apesar de terem sido feitas mais de 100 alterações na legislação trabalhista, é evidente que não seria possível elencar cada uma delas em um podcast. Por isso, fazer esse filtro, com o auxílio do que foi passado pelos entrevistados, também representou uma importante etapa do processo de roteirização.

Em seguida, veio o processo de montagem do podcast, em que me inspirei novamente em outros podcasts jornalísticos. Em comum, a maioria utiliza recursos sonoros para abrir os episódios, além de outras inserções entre as entrevistas. Preferi, no entanto, priorizar uma reportagem com poucos ruídos e mais fluidez. Por isso, o recurso sonoro aparece apenas duas vezes: como vinheta de abertura e de encerramento. Optei também por usar uma “voz masculina”, ou seja, inseri áudios gravados por outra pessoa para aquelas citações que foram encontradas apenas no formato escrito, com o intuito de aumentar a dinamicidade dos episódios.

### **4. Roteiros**

#### **4.1 EPISÓDIO 1**

0:47 - 0:56 (“Não há clima para votação dessa reforma trabalhista. Não vamos aceitar que esse Senado seja humilhado, porque é humilhação sim” - Lindbergh Farias - PT

50:34 - 50:45 (“Nós estamos nos preparando para votar uma reforma que modifica a vida do povo trabalhador da nossa terra, com as galerias vazias e o povo impedido de entrar no Senado federal”. - Lídice da Mata - PSB

<https://www.youtube.com/watch?v=o08VMvtTUQQ>

22:34 - 22:44 (“Flexibilidade é melhor do que o desemprego. O novo artigo que permite a negociação não retira nenhum direito”. - Benedito de Lira - PP

<https://www.youtube.com/watch?v=HfYYF3ZgzYA>

Em ordem, você acabou de ouvir os senadores Lindbergh Farias, do PT, Lídice da Mata, do PSB, e Benedito de Lira, do PP, durante a sessão deliberativa da reforma trabalhista ocorrida em 11 de julho de 2017.

Com os ânimos exaltados, os senadores defendiam seus pontos de vista sobre a reforma, que acabou aprovada dois dias depois e entrou em vigor em novembro daquele ano.

Hoje, cinco anos depois de sua aprovação, ainda pairam muitas dúvidas sobre o tema. Em um momento em que a reforma volta à discussão, por causa das eleições presidenciais, precisamos revisitá-la e entender, primeiramente, o que seu texto propõe. Eu sou Maria Clara Andrade e esse é o Reforma Trabalhista em pauta: um podcast sobre os efeitos das flexibilizações provocadas pela reforma trabalhista.

**(INSERÇÃO BG ATÉ AQUI)**

No parecer da reforma trabalhista, escrita pelo relator do projeto, o senador Ricardo Ferraço (PSDB), o termo “flexibilização com proteção” aparece duas vezes, ambas em negrito. Há ainda a variação do termo, “flexibilidade com proteção”, que aparece uma vez no texto, também destacado em negrito.



Em síntese, o parecer defende que sejam flexibilizadas uma série de normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), para facilitar a empregabilidade. Nas palavras do relator, a reforma trabalhista buscaria garantir “o direito ao trabalho”.

Eu conversei com a professora em direito do trabalho da Universidade de Brasília (Unb) e integrante da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir), Renata Dutra, que citou justamente uma justificativa similar a esse lema, que foi dada por muitos defensores da reforma trabalhista à época.

INSERIR ÁUDIO RENATA - 2:40 - 2:55

Mas quais foram essas flexibilizações feitas? Ao todo, a reforma trabalhista alterou mais de 100 artigos da CLT, segundo um estudo publicado pela Remir, em 2019. Não é possível passarmos por cada uma dessas alterações, mas vamos falar sobre as que mais se destacaram.

O ponto principal e sempre lembrado é a premissa de que o trabalhador teria condições de negociar com o patrão. Separei um trecho do parecer da reforma que defende a negociação.

VOZ MASCULINA “A proposição em tela tem como um de seus eixos centrais a prevalência do negociado sobre o legislado, com uma série de salvaguardas para contemplar a desigualdade de poder negocial entre empregador e empregados. Talvez a principal proteção se faz ao privilegiar justamente a negociação coletiva.”

Em outro trecho, o relator questiona quem deveria estar em posição de decidir o que é uma condição benéfica para o trabalhador: ele próprio ou um juiz?

A proposta defendia que, ao tornar as normas mais flexíveis, o nível de desemprego cairia, assim como a informalidade. No parecer da reforma, o senador Ricardo Ferraço cita o dado de que 35 milhões de trabalhadores brasileiros estariam na informalidade em 2017. Atualmente, segundo o IBGE, são 39,3 milhões de pessoas nessa situação.

A reforma também buscou diminuir a quantidade de ações trabalhistas no Brasil, afirmando que o país seria responsável por 98% das ações judiciais do tipo no mundo. A informação, porém, foi checada pelo portal UOL e é incorreta.

Em uma tentativa de tornar “a quantidade de processos mais racional”, a reforma define que o trabalhador, mesmo aquele beneficiário da justiça gratuita, pagará os honorários periciais e sucumbenciais. Em outubro de 2021, no entanto, o Supremo Tribunal Federal julgou este ponto como inconstitucional, considerando que a medida seria uma afronta à garantia de amplo acesso à Justiça.

Outro ponto relevante da reforma trabalhista foi a possibilidade de contratação por outros meios além dos tradicionais. A professora Renata Dutra citou quais foram eles.

#### INSERÇÃO ÁUDIO RENATA

Você ainda pode estar se perguntando sobre o que havia por trás da reforma. Por que ela foi feita? A professora Renata Dutra também falou um pouco sobre isso, vamos ouvir.

#### 1:16 - 2:38 INSERÇÃO ÁUDIO RENATA

No próximo episódio, vamos nos aprofundar nas consequências da reforma trabalhista cinco anos após a sua implementação. O que os dados de hoje e estudiosos sobre o mercado de trabalho dizem sobre a reforma?

## 4. 2 EPISÓDIO 2

Cinco anos após ser aprovada, a reforma trabalhista tem sido questionada. Afinal, as principais promessas - geração de emprego e redução de informalidade -, não foram cumpridas, segundo especialistas.

<https://www.youtube.com/watch?v=Ei-nNwug7IU> (1:28 - 1:34)

MESMO LINK (1:43 - 1:49) “O brasil ainda tem 11 milhões...”

<https://www.youtube.com/watch?v=a-zZuPphe5U> (0:38 - 0:53)

Eu sou Maria Clara Andrade e esse é o XXX. Neste episódio, você vai entender quais foram os principais efeitos da reforma trabalhista. Eu ouvi professores de direito do trabalho, economistas, analistas de órgãos públicos e sindicais. Já adianto, mesmo buscando diversidade de fontes, todos foram contrários à reforma e a partir de agora você vai entender o porquê.

Logo após a aprovação da reforma, o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, chegou a afirmar que esperava a criação de 2 milhões de empregos formais nos dois anos seguintes, por causa da regulamentação do teletrabalho, jornada intermitente e jornada parcial. Porém, não foi bem isso o que ocorreu.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o país registrou a abertura de pouco mais de 1 milhão de vagas formais, somando os anos de 2018 e 2019. Mas de acordo com a Pesquisa Nacional por Domicílio (PNAD) Contínua, do IBGE, o saldo final de trabalhadores ocupados em vagas formais pouco mudou durante esse período. O país saiu de 34,24 milhões de empregados com carteira assinada no último trimestre de 2017 para aproximadamente 34,4 milhões no último trimestre de 2019, diferença de cerca de 155 mil novas vagas.

Além disso, o outro ponto mais citado pelos entrevistados foi o aumento da informalidade. Eu conversei com Ana Georgina Dias, economista e supervisora técnica regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Ela explicou que, mesmo que estejamos vivendo um momento de redução da taxa de desemprego, que chegou ao menor valor em sete anos, esse índice está contaminado por uma alta taxa de informalidade.

INSERIR ÁUDIO - ANA GEORGINA DIEESE CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA  
(0:31 - 1:34)

Reforçando os números trazidos por Ana Georgina, segundo a PNAD Contínua, do trimestre móvel finalizado em julho deste ano, publicada pelo IBGE, a quantidade de pessoas empregadas sem carteira assinada bateu recorde. São 13,1 milhões de

brasileiros nessa situação. A informalidade atinge 39,8% da população ocupada e, em números absolutos, também é recorde, referindo-se a 39,3 milhões de brasileiros.

É importante esclarecer que o IBGE classifica como trabalhadores informais aqueles que não têm carteira assinada, os que trabalham por conta própria que não têm CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares, que são aquelas pessoas que trabalham para parentes.

É claro, precisamos considerar o contexto de crise que o país vivia e ainda vive por causa da pandemia de covid-19, a partir de março de 2020. Outro ponto a ser considerado é que o Brasil sempre teve um alto índice de informalidade. Inclusive, no parecer da reforma trabalhista, é citado que a informalidade atingia mais de 35 milhões de brasileiros naquele momento, o que é um valor altíssimo.

Porém, ainda levando em consideração os dados do IBGE, a taxa de informalidade no país se manteve com pequenas oscilações, para cima ou para baixo, mesmo após a aprovação da reforma. No quarto trimestre de 2019, último levantamento feito pré-pandemia, o Brasil chegou a 38 milhões 756 mil trabalhadores informais.

Esse indicador teve uma queda significativa dois trimestres depois, aquele que foi finalizado em junho de 2020, mas não por um crescimento do trabalho formal, e, sim, do desemprego, com a pandemia.

INSERÇÃO

ÁUDIO

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/06/desemprego-sobe-para-133percent-em-junho-diz-ibge.ghtml> (0:08 - final)

Naquele momento, quase 9 milhões de postos de trabalho haviam sido fechados em um período de três meses.

Mas à medida que o desemprego foi caindo, a taxa de informalidade voltou a subir, atingindo o recorde em 2022.

Ou seja, é possível afirmar com esses dados que a reforma trabalhista realmente não fez com que o nível de informalidade caísse, pelo contrário. No livro “Reforma trabalhista pelo Brasil: promessas e realidade”, feito de maneira colaborativa por membros da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir), há um trecho que analisa se houve crescimento na criação de vagas formais após a reforma.

VOZ MASCULINA “Depois de outubro de 2017, até maio de 2019, segundo a PNAD, surgiram 1 milhão 744 mil novas ocupações. Contudo, dessas, apenas 406 mil com carteira assinada, segundo o CAGED. Comparando os 12 meses após a reforma, para evitar efeitos sazonais, com os anos anteriores, a criação de empregos formais é inferior a todos os anos após 1998, com exceção do período da última crise, que foi de 2015 a 2017”.

Na Bahia, além de termos um percentual de trabalhadores informal maior do que a média nacional, os baianos ocupados têm ainda o segundo menor rendimento médio mensal do país. O coordenador de pesquisas sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Luiz Fernando Lobo, falou sobre a relação entre esses fatores.

INSERÇÃO LUIZ FERNANDO SOBRE DETERIORAÇÃO DO SALÁRIO (0:05 - final vendo pequenos cortes na hora)

Eu conversei também com Renata Dutra, que é professora de direito do trabalho, na Universidade de Brasília (Unb), e integrante da Remir. Ela mencionou que, em um estudo feito pela Rede, foi possível notar uma grande queda nos salários dos trabalhadores a partir da reforma.

INSERÇÃO ÁUDIO RENATA INFORMALIDADE (1:36 - 2:18)

Uma outra consequência trazida pelos entrevistados foi o aumento das fraudes trabalhistas. Em pleno 2022, quem não conhece alguém que trabalha por meio de contrato por pessoa jurídica, o famoso PJ? No meio da comunicação, a prática se

tornou cada vez mais comum e em muitos veículos de Salvador, inclusive, a pejotização é uma realidade.

Mas a procuradora do Ministério Público do Trabalho da Bahia (MPT-BA), Rosângela Lacerda, falou sobre essa forma de contratação e explicou que, mesmo com a reforma trabalhista, ela ainda é fraudulenta, caso haja um vínculo empregatício entre as partes.

#### INSERÇÃO ÁUDIO ROSANGELA MPT PEJOTIZAÇÃO (0:14- fim)

O parecer da reforma trabalhista ressalta que a “pejotização” continua sendo uma prática ilegal. Em determinado trecho, o texto diz que mantêm-se os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT. Este último fala sobre o que caracteriza o trabalhador como empregado.

VOZ MASCULINA “Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.”

Ainda assim, a professora Renata Dutra afirmou que a nova legislação possibilitou o aumento dessas fraudes. Vamos ouvir e entender o porquê.

#### INSERÇÃO ÁUDIO RENATA (Meios de trabalho 4:28 - fim)

Para Moacy Neves, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia (Sindjorba), houve, sim, um aumento na contratação de profissionais da comunicação como PJs, de maneira irregular. Ele acredita que a reforma trabalhista trouxe dificuldades para a fiscalização dessas fraudes, além de ter reprimido a atuação sindical.

Isso porque o parecer da reforma pôs fim à contribuição sindical obrigatória, sob o discurso de que a medida traria “maior liberdade sindical” e fortalecimento das entidades.

À época, também era defendido que a medida aumentaria o número de filiados aos sindicatos, que entenderiam mais a sua importância. Porém, segundo Moacy, não foi o que aconteceu. O presidente do Sindjorba falou sobre como a medida teve efeito no orçamento das entidades sindicais e não vê reflexos em um maior número de filiados.

INSERÇÃO ÁUDIO MOACY - FIM DO IMPOSTO SINDICAL 0:45 - 1:19 + 2:15 - fim  
(NÃO VÊ AUMENTO FILIAÇÃO)

Voltando para a questão da pejetização trazida anteriormente, Moacy Neves afirmou que o Sindjorba atua de diversas formas sobre esses casos, inclusive levando-os para a Justiça.

Porém, ele destacou que uma parte difícil desse trabalho tem sido o recebimento de denúncias. Por vezes o trabalhador está em uma empresa pequena, com poucos funcionários, e mesmo falando anonimamente tem medo de ser identificado pelo patrão.

INSERÇÃO ÁUDIO MOACY - DENÚNCIA COM CAUTELA 1:08 - 2:35

Foram mais de 100 alterações na CLT, mas eu escolhi falar apenas das mais citadas pelos entrevistados. Passamos por aumento da informalidade, diminuição da renda, aumento de contratação por outros meios, aumento das fraudes trabalhistas e a situação dos sindicatos no meio disso tudo.

No próximo episódio, o Reforma Trabalhista em pauta traz as propostas que foram defendidas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) em seus planos de governo para uma futura gestão. Já adianto também, que ambos apresentaram propostas generalistas, mas dá para termos noção do que vem por aí.

### **4. 3 EPISÓDIO 3**

Aprovada em 2017, a reforma trabalhista voltou aos noticiários em 2022, cinco anos após sua implementação. **(INSERÇÃO BG)**





(VOZ MASCULINA) “O novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, revogando os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho”.

No outro espectro político, temos Jair Bolsonaro. Ao contrário de Lula, Bolsonaro defendeu várias vezes a reforma trabalhista em entrevistas e lives.

INSERÇÃO ÁUDIO BOLSONARO - 0:21 - 0:40  
<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-defende-reforma-trabalhista-de-temer-e-diz-que-governo-acabou-com-aco-es-do-mst.html>

Essa foi uma fala de Jair Bolsonaro em entrevista a uma rádio do Espírito Santo, em janeiro deste ano.

O plano de governo de Bolsonaro chama a reforma de 2017 de “nova legislação aprovada”. Vamos ouvir um trecho retirado do plano:

(VOZ MASCULINA) “Dessa forma, em um próximo governo, o emprego continuará a ser abordado de maneira independente dos interesses e preconceitos ideológicos. A nova legislação trabalhista aprovada será mantida com segurança jurídica, ajudando a combater abusos empresariais e de sindicatos que também não podem ter a capacidade de agir como monopólios”.

O discurso de Bolsonaro acena ao empresariado, enquanto o de Lula aos trabalhadores. Isso não é à toa.

Segundo a pesquisa Datafolha, de 9 de setembro, que avaliava as intenções de voto dos brasileiros, o atual presidente saía na frente entre os eleitores que ganham mais de 10 salários mínimos, com 42% das intenções de voto. Enquanto isso, o petista ganharia com folga entre os eleitores com renda familiar mensal de até dois salários mínimos, com 54% da preferência.

Entre aqueles que ganham de dois a cinco salários, há um empate técnico entre os candidatos, com Bolsonaro com 41% e Lula com 37% das intenções de voto. E entre os que ganham de cinco a dez, Bolsonaro sai na frente, com 49% da preferência do eleitorado.

Porém, é importante salientar que a metade dos eleitores brasileiros está na faixa dos que ganham até dois salários. Ou seja, mesmo que para Bolsonaro fosse interessante agradar o empresariado, não dá para deixar de lado a parcela mais pobre da população.

Por isso, os acenos do presidente a esse público foram feitos na promessa de auxílios e benefícios sociais. Com relação à legislação trabalhista, ele defende a manutenção das flexibilizações, sob aquele mesmo discurso dos defensores da reforma de 2017, de que haverá maior empregabilidade.

Apesar da preferência entre os mais pobres, Lula também sabe que não pode deixar de dialogar com setores mais ricos da sociedade. Isso, inclusive, ficou evidenciado pelo resultado do primeiro turno, em que Jair Bolsonaro obteve uma votação muito mais expressiva do que a prevista pelas pesquisas de intenção de voto.

Antes da votação de 2 de outubro, o petista se reuniu com 137 empresários. Durante o encontro, Lula ouviu as colocações dos empresários por cerca de 20 minutos e depois discursou. O ex-presidente disse querer uma chance para reconstruir o país.

A reforma trabalhista, que é um tema sensível ao empresariado, não foi mencionada por Lula em seu discurso. Apesar disso, o deputado Alexandre Padilha (PT) afirmou à Folha de S. Paulo que este é um ponto já definido pelo ex-presidente, mas não detalhou quais seriam as alterações na legislação.

O professor de ciência política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) Josué Medeiros deu sua opinião, em entrevista ao programa Melhor de 3, sobre

como ele acredita que Lula irá conduzir uma revisão da reforma em um futuro governo.

<https://www.youtube.com/watch?v=L7Xxi3EfDIY> - 22:28 - 23:35

O cientista político acredita que, caso Lula seja eleito, a revisão da reforma deve ocorrer ainda no primeiro ano de mandato do petista. É claro, ressaltando que essa revisão precisará de muito diálogo entre Lula e o novo congresso.

Bom, já temos uma ideia do que os presidenciáveis pensam sobre a legislação trabalhista, mas o que pensam os especialistas?

Para o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, a revisão da reforma trabalhista é necessária. O chefe do Ministério Público do Trabalho considerou, em entrevista ao Poder 360, que a principal mudança é sobre a premissa de que o funcionário teria capacidade de negociar com o patrão.

INSERÇÃO TRECHO ENTREVISTA PODER 360 - (38:10 - 39:35)

O procurador acredita que a reforma precisa ser revisada quase que por completo. Outros pontos citados por ele são: a permissão de gestantes de trabalharem em ambientes insalubres, com autorização médica e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

O Reforma Trabalhista em Pauta ouviu também a professora de direito do trabalho da Universidade de Brasília (Unb) e integrante da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir), Renata Dutra. Nos episódios anteriores, foi mostrado um pouco dos resultados do Remir em análises sobre os efeitos da reforma trabalhista. Pedi a ela também que desse sua opinião sobre o que deveria acontecer daqui para frente com relação à legislação do trabalho.

INSERÇÃO ENTREVISTA RENATA - 1:10 - final (Reforma deve ser revogada)

Ou seja, Renata Dutra não só defende a revogação da reforma, como a expansão dos direitos trabalhistas. Importante ressaltar que tanto ela, quanto o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, falaram sobre a reforma trabalhista feita na Espanha em 2012, que inspirou a brasileira, e passou por uma revisão este ano.

A revisão da reforma espanhola é citada com frequência pelo ex-presidente Lula como um suporte em seu discurso pela revogação da feita no Brasil em 2017.

O que ocorrerá com a legislação trabalhista nos próximos meses vai depender do candidato que assumir a Presidência. Não há meio termo nesse quesito. Com a eleição de Lula, a expectativa é de que haja uma revisão da reforma de 2017. Caso Bolsonaro seja reeleito, o mercado de trabalho deverá passar por nossas flexibilizações.

## 5. Referências

BARBON, Julia. Datafolha: Veja a evolução de Lula e Bolsonaro entre pobres e ricos. **Folha de S. Paulo**, 10 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-veja-a-evolucao-de-lula-e-bolsonaro-entre-pobres-e-ricos.shtml>>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

BARBOSA, Marina. MPT sai em defesa da reforma trabalhista. Poder 360, 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/mpt-sai-em-defesa-da-revisao-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

BLASI, Bruno Gall de. Spotify ganha mais usuários e alcança 182 milhões de assinantes Premium. 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/noticias/2022/04/27/spotify-ganha-mais-usuarios-e-alcanca-182-milhoes-de-assinantes-do-premium/#:~:text=Em%20comunicado%2C%20a%20companhia%20apontou,422%20mil%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios%20ativos>>. Acesso em 18 de outubro de 2022

FIGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

GLOBO. Podcasts e a crescente presença entre os brasileiros. Disponível em: <<https://gente.globo.com/pesquisa-infografico-podcasts-e-a-crescente-presenca-entre-os-brasileiros/>>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

IBGE. Painel PNAD Contínua. Página inicial. Disponível em: <<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

JENKINS, H. Cultura da Convergência. São Paulo, Aleph, 2009.

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. O podcast no Brasil e no mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. Anais... São Paulo: Intercom, 2010.

Marchesan, Ricardo. Brasil é campeão de ações trabalhistas no mundo? Dados são inconclusivos. 27 de julho de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/06/27/brasil-e-campeao-de-acoes-trabalhistas-no-mundo-dados-sao-inconclusivos.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

PARECER DA REFORMA. (2017). Voto do Relator, Senador Ricardo Ferraço Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5302372&disposition=inline>> Acesso em 18 de outubro de 2022